

Garimpeiros invadem área de índios ticunas

A extração clandestina de ouro no rio Jutai é feita há mais de dois meses. A falta de recursos impede que a PF e o DNPM retirem os invasores

Auxiliadora Tupinambá e Gerson Dantas

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) confirmou, ontem a presença de garimpeiros no rio Boia, afluente do rio Jutai, entre os municípios de Amaturá e Jutai, cerca de 2 mil quilômetros distante de Manaus, por via fluvial. A atividade clandestina está sendo feita na reserva extrativista do rio Jutai, em áreas dos índios Ticuna há mais de dois meses, mas até agora, nem o DNPM ou a Polícia Federal realizou qualquer operação para retirada dos garimpeiros da área.

Segundo o diretor do DNPM, Fernando Burgos, o departamento e a PF estão impedidos de agir pela falta de recursos para bancar a retirada dos invasores. O diretor disse que sem a liberação da verba destinada a proteção e defesa das áreas indígenas na Amazônia - o repasse está vinculado à aprovação do Orçamento da União, ainda tramitando no Congresso -, a Polícia Federal não tem como reprimir a ação dos garimpeiros.

Na Superintendência da Polícia Federal, a invasão de garimpeiros e existência de conflito na região foi confirmada por uma fonte que pediu para não ser identificada. A reportagem de A CRÍTICA tentou manter contato com o superintendente, em exercício, Cláudio Rosas, mas não obteve sucesso, desde às 10 até às 18h.

Conflito - Por conta da falta de dinheiro, há informações de que já ocorreram vários conflitos entre índios e garimpeiros na região do rio Boia. A atividade teria o apoio do prefeito do município de Jutai, Francisco de Souza Moura, e dos comerciantes que estariam dando "autorização" para funcionamento dos garimpos.

A atividade clandestina também tem a aprovação da maioria

da população de Jutai que passou a ganhar dinheiro depois da chegada das dragas e balsas dos garimpeiros. "Eles estão movimentando a economia do município, antes restrita aos empregos gerados pela prefeitura, por isso estão recebendo o apoio das famílias", contou um comerciante de Jutai que está em Manaus.

A equipe de A CRÍTICA tentou fazer contato telefônico com o prefeito Francisco de Souza Moura, mas foi informada pela Telamazom de que o sistema de telefonia de Jutai está desativado por problemas técnicos e que não há previsão de quando voltará a funcionar.

A situação de risco eminente de conflito entre índios e garimpeiros, por causa da extração clandestina de ouro no rio Boia, na avaliação do diretor do DNPM, Fernando Burgos, "não deve durar mais muito tempo". Segundo ele trata-se de um bolsão de ouro, tipo aluvião, que fica na superfície dos leitos dos rios e "que acaba rapidamente".

Negociando - A presença dos garimpeiros nos rios Boia e Jutai é uma grande ameaça para os índios Ticuna, que para defender suas reservas são obrigados a partir para o confronto direto com os garimpeiros, na maioria das vezes em desvantagem. Segundo a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) a falta de proteção das áreas propiciam a invasão e a situação fica ainda mais preocupante quando a Polícia Federal não adota qualquer medida de repressão, como ocorre hoje na invasão das áreas indígenas do rio Boia e Jutai.

Segundo o coordenador geral da Coiab, Sebastião Machinery, alguns grupos de garimpeiros estão tentando negociar com os índios para entrar nas reservas, mas se depender da entidade qualquer negociação neste sentido está descartada.



Burgos: "Sem verbas não há como proteger as áreas indígenas"

DEMARCAÇÃO

Índios cocamas querem terras no rio Solimões

A Comissão de Apoio aos Índios Cocama (Coiama) está contestando a demarcação da área indígena Evare I, no município de Tabatinga, região do Alto Solimões. Os Cocamas reivindicam 4.800 hectares, que estariam sendo incluídos na reserva dos Ticunas. Segundo o administrador da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Tabatinga, Valmir Torres, existem duas aldeias Cocama: o Sapotal que acabou ficando de fora das demarcações e o Jutimá, que ficou incluída na área dos Ticunas, Evare I, homologada em janeiro pelo Governo Federal.

A contestação, com base no decreto 1.775, foi feita à Funai de Brasília, pela Coiama, através de um pedido de identificação das aldeias Sapotal e Jutimá, enviado na semana passada, segundo o assessor de imprensa da Funai, de Brasília, Edson Luís. A Coiama é uma instituição recente e, até o momento, é desconhecida pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), pelas administrações da Funai em Manaus e Tabatinga e até mesmo pelo alvo da contestação, os Ticunas.

O secretário do Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT), Nino Fernandes, disse, em Benjamin Cons-

tant, que desconhece a contestação pelos Cocamas. "Não sabemos quem é essa instituição, nem sabemos o que querem os Cocamas porque não enviaram nada, nenhuma carta, a nós do CGTT". O nome do coordenador-geral da Coiama, Francisco Guerra Samias, citado pelo jornal Folha de São Paulo, também não consta nos registros da Telamazon em Manaus ou Tabatinga.

O vice-coordenador do Cimi, Francisco Loebens, suspeita que se esteja criando uma situação de conflito para a área Evare I, com 554 mil hectares, demarcada para os Ticunas, que de fato ocupam a região. "Parece estranho que surja esta contestação, pois não se sabe de conflitos entre Cocamas e Ticunas", completou.

O administrador da Funai em Tabatinga, Valmir Torres, disse que os Cocamas eram desconhecidos enquanto índios, pela Funai até algum tempo.

No contato com seringueiros da região, os Cocamas foram tidos como ribeirinhos e por isso não teriam sido contemplados na identificação, há quase 20 anos, que serviria de base às demarcações que foram homologadas atualmente.

Reivindicação pode criar conflito

"O decreto 1.775 (que permite a contestação da demarcação das terras indígenas, ainda na fase administrativa) está legalizando os conflitos que já existem, mas não vamos permitir que seja um pretexto para jogar índios contra índios". A afirmação é do coordenador geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Sebastião Machinery, diante do possível conflito entre Cocamas e Tikunas, pelas terras da área Evare I, no município de Tabatinga. O decreto já havia sido condenado antes, pela resolução do Parlamento Europeu, aprovada no dia 15 de fevereiro, segundo mensagem circulando na agência de notícias Alternex.

Machinery disse que, se necessário, a Coiab irá tomar medidas judiciais para evitar conflitos entre

indígenas. Casos como estes podem acontecer, diz ele, e "vão se aproveitar da situação para dividir os povos indígenas". O coordenador da Coiab, Machinery e o administrador da Funai em Manaus, Raimundo Serejo, confirmam que parte da área em questão, referente as aldeias Sapotal e Jutimá, pertencem de fato aos Cocama mas a maioria da área Evare I é de domínio dos Tikunas.

A resolução do Parlamento Europeu, foi aprovada em reunião na cidade de Estrasburgo, na França, e acusa o governo brasileiro de retrocesso na política indigenista e ameaça aos direitos dos índios. Por 164 votos a 17, a reunião definiu ainda que seja obrigatória a apreciação da situação dos povos indígenas brasileiros nas relações políticas, econômicas e comerciais com o Brasil.